



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão da Administração Pública,  
Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local,  
Deputado Fernando Ruas**

**Assunto: Requerimento para Audição da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da  
Administração Pública sobre atropelos aos direitos dos trabalhadores de empresas  
contratadas pelo Estado para a prestação de serviços**

A precariedade é uma realidade que continua a marcar a vida de milhares de trabalhadores no nosso país. O combate a todas as formas de precariedade, no sector público e no sector privado, tem de ser uma prioridade. No entanto, o Governo PS tem insistido em opções que agravam e intensificam o quadro de exploração dos trabalhadores. Um dos exemplos que se tem evidenciado cada vez mais é o que decorre do recorrente recurso à externalização de serviços na Administração Pública, intensificando situações de precariedade, baixos salários e atropelo dos direitos dos trabalhadores por parte de empresas que prestam serviços ao Estado em vários sectores de atividade, como limpeza, vigilância ou alimentação, e que não respeitam os direitos mais elementares dos seus trabalhadores - despedimentos e posteriores contratações de trabalhadores para esses mesmo postos de trabalho, salários em atraso, incumprimento de Acordos de Empresa, incumprimento da transmissão de estabelecimento, entre muitos outros comportamentos que atentam contra os direitos dos trabalhadores.

São vários os exemplos concretos que podemos dar - Eurest, AmbiJardim, Noite e Dia, ISS, Servirail, entre outras empresas, cujas situações têm chegado ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Esta situação assume especial gravidade por serem instituições e entidades do Estado a contratar estes serviços, sendo assim coniventes com os atropelos laborais praticados por essas empresas.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Para o PCP, os serviços não deveriam ter sido externalizados e estes trabalhadores deveriam ter um vínculo laboral com as entidades e instituições da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado para as quais trabalham, mas **perante uma realidade de desrespeito dos direitos dos trabalhadores que se tem multiplicado e revelado cada vez mais, o PCP requer a audição da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.**

Assembleia da República, 25 de junho de 2021

As Deputadas,

Diana Ferreira

Paula Santos

**N/ Ref.ª n.º 65753-43/GPPCP – INPA/XIV – 2.ª**